

POLITICAS EDUCACIONAIS EM ANÁLISE: POSSIBILIDADES DE PESQUISA A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Marcos Britto Corrêa¹

Vicente Cabrera Calheiros²

Resumo

Objetiva-se contribuir com elementos teóricos para pesquisas em educação voltadas à políticas educacionais. Destaca-se o Materialismo Histórico Dialético (MDH) como perspectiva teórica bem como, a contribuição da teoria marxista da dependência para a análise das políticas educacionais produzidas em países da periferia do capitalismo. Portanto, explora conceitualmente categorias referentes à perspectiva teórica produzindo a argumentação a partir de duas metáforas: a letra de uma música composta por Belchior e Fagner e um conto de Machado de Assis. Assim, da formação do Brasil como país dependente se propõe evidenciar a relação e implicação entre trabalho, Estado e políticas educacionais. A produção da argumentação se baseia na compreensão do quão significativo pode ser o MHD para estudos que envolvam centralidade nas ações do Estado em políticas educacionais, realçando a contribuição da vertente marxista da teoria da dependência para reflexões acerca do continente latino americano.

Palavras chave: Políticas educacionais, dependência econômica, trabalho.

Aqui os mortos são bons
Pois não atrapalham nada
Pois não comem o pão dos vivos
Nem ocupam lugar na estrada
Pois não comem o pão dos vivos
Nem ocupam lugar na estrada
[...]
Aqui não acontece nada não
Nada absolutamente nada
(BELCHIOR, FAGNER. 1980)

Com parte do poema “Cruz na Estrada”, de Castro Alves (1847-1871), o cantor Belchior, em parceria com Raimundo Fagner, em 1980, lança, no disco “Objeto Direto”, a música, “Aguapé”. Parte do poema do séc. XIX, em meio à letra da música, passa a compor sentido no período de maior enfraquecimento da ditadura civil/militar (1964-1985) que já se mantinha por quase duas décadas no Brasil e que representou, pela força de um golpe, a ação internacional de um país

¹ Mestre em Educação, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: marcoscorrea.filosofia@gmail.com

² Mestre em Educação Física, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: vicocalheiros@gmail.com

imperialista sobre um país latino³. Mas, na letra da música, e aquém dos fatos políticos do período, os autores cantam a vida de um retirante do sertão, que, ao abandonar sua casa, “canta” que “aqui os mortos são bons, pois não atrapalham nada” e mais, “aqui não acontece nada”. Assim, a letra da música apresenta uma “chave” de interpretação em que se objetiva produzir argumentos capazes de contribuir no trabalho de pesquisa sobre políticas educacionais.

Tendo em vista o objetivo acima, será produzida uma concepção de trabalho como parte central do processo de formação da História que, na senda teórica do Materialismo Histórico Dialético (MHD), é implicado a partir do “pôr teleológico” (LUKÁCS, 2010)⁴, como práxis⁵ humana. O que se entende é que a práxis constitui o ser humano enquanto este realiza o trabalho e se apropria de seus frutos como produto de sua ação, assim, ele é capaz de relacionar-se consigo e com a sociedade de forma ativa. Porém, ao pensar que “aqui não acontece nada”, se faz referência ao processo de dependência (MARINI, 2011) da América Latina, em relação às economias mais desenvolvidas do mundo (EUA, União Europeia.), processo que, ao afetar a formação destes países, incide também em suas políticas educacionais. Dimensionando, antes de tudo, como necessário o entendimento acerca deste processo de formação econômica antes de qualquer pesquisa sobre o tema.

Os países latinos e, em especial, o Brasil, pois é deste contexto que se procura centralizar a análise, ao configurarem-se em economias de exportação, subordinadas às demandas do capital se produzem em constante negação de sua História. Deste modo, “aqui os mortos são bons, pois não atrapalham nada, pois não comem o pão dos vivos”, ou seja, em decorrência deste argumento, passa-se a acreditar que a História, na metáfora de “seus mortos”, aqui se subordina, como a força de trabalho do trabalhador, às demandas do mercado mundial. O capital ao prescindir da dependência de países como o Brasil, contribui, no interior destes, na construção de nações que

³ A Comissão de Verdade e Justiça tem produzindo um trabalho de análise da história do período da Ditadura Cível/Militar no Brasil, contribuindo substancialmente para se compreender esse período ainda envolto em obscuridades. Maiores informações podem ser encontradas no site: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

⁴ A roda, que não existe em parte alguma da natureza, foi, por exemplo, inventada e produzida em fases relativamente iniciais. Portanto, o trabalho introduz no ser a unitária inter-relação, dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade; antes de seu surgimento havia na natureza apenas processos causais. Em termos realmente ontológicos, tais complexo duplos só existem no trabalho e em suas consequências sociais, na práxis social. O modelo de pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda a práxis social, isto é, humana. (LUKÁCS, 2010, p. 44)

⁵ A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (KOSIK, 1976, p. 202)

negam a si mesmas, pois estão fundamentadas na exploração e superexploração⁶ de trabalhadores e trabalhadoras que nele vivem.

Tal processo de formação do país acaba por implicar diretamente na produção das políticas educacionais, pois, como bem afirma Lucia Camini (2013, p. 22), estas são “iniciativas governamentais, diretrizes, programas e ações vinculadas aos interesses de uma determinada sociedade”, o que representa, portanto, a síntese das disputas da sociedade. Sendo assim, no mesmo entendimento da autora, o que se argumenta está também em consonância com aquilo que o autor de “A formação do Estado burguês no Brasil”, Décio Saes compreende por ser o Estado:

O Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal ou capitalista), é a própria organização da dominação de classe; ou, dito de outra forma o conjunto de instituições (mais ou menos diferenciadas, e mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra. (SAES, 1985, p.23)

Na perspectiva de ser uma sistematização dos pressupostos tratados acima, o que segue, é: primeiramente uma caracterização do que se entende por trabalho e *práxis* no MHD; em seguida argumenta-se sobre a implicação da dependência econômica na formação do Brasil. Assim, é no intuito de compreender essa formação e sua implicação nas políticas educacionais que se produz, no item seguinte, uma alusão ao conto de Machado de Assis, “Teoria do Medalhão”. Se assinala nos personagens do conto primeiramente, a expressão metafórica da *práxis mistificada*⁷, corroborando, em um segundo momento, com a caracterização da história do país produzida a partir do mote da letra da música “Aguapé”, em que se afirma que aqui “não acontece nada” se objetivando, por fim, ter construído elementos capazes de contribuir para a análises das políticas educacionais brasileiras.

O “medalhão” como expressão da dependência

Machado de Assis (2008), no conto “Teoria do Medalhão”, escreve sobre uma conversa entre pai e filho. O primeiro, feliz pelos 21 anos que o outro completaria, decide lhe falar “coisas sérias” sobre a vida; é chegada a hora do filho entender como um homem deve agir para se tornar um “medalhão”. Interpreta-se assim, o “medalhão” como figura acabada do típico burguês do século XIX no Brasil, mais preocupado com a forma do que com o conteúdo, e voltado, sobretudo, para aquilo que representa a aristocracia do velho mundo, caracteriza uma expressão de classe

⁶ O conceito de *superexploração do trabalho* será abordado mais adiante no texto.

⁷ Entende-se que no capitalismo a *práxis* ganha um sentido contrário aquele como processo de produção do humano, assim a *práxis mistificada*, nas palavras de Karel Kosik (1976, p. 66), “não se apresenta como atividade humana transformadora, mas como manipulação de coisas e homens”. Assim, tal “manipulação”, se apresenta como uma falsa compreensão da realidade concreta.

evidente. Em certa passagem, o autor expõe qual deve ser a premissa central desta figura. Escreve ele: “foge de tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.” (Idem, p. 275). Tal personagem apresenta um mote a ser explorado sobre o conceito de *práxis* para o MHD, pois este, distante de si e incapaz de originalidade, representa o sujeito de uma classe social referendada em uma economia de exportação, voltada, assim, simplesmente a cumprir as demandas do mercado externo.

Para se entender em que sentido o exemplo machadiano reflete esta gênese de formação, o conceito de *práxis* no MHD acaba sendo esclarecedor. Neste sentido, para a compreensão do que se trata, quando aplicado o conceito *práxis*, é importante destinar atenção a uma obra significativa da juventude de Marx, os “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (MARX, 2010). Percebe-se neste texto que propondo uma crítica ao capitalismo, Marx começa a edificar o que ele denominaria de realidade e, por conseguinte, esta como produto da *práxis* (KOSIK, 1976) que se diga, antes de representar um conceito metafísico de um ser essencial, escapa deste sobremaneira, pois:

O homem não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, isto é, ser existente para si mesmo, por isso, *ser genérico* que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser enquanto em seu saber. Consequentemente, nem os objetos *humanos* são objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o *sentido humano*, tal como é imediatamente e objetivamente, é sensibilidade *humana*, objetividade humana. A natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente ao ser *humano* de modo adequado. (MARX, 2010, p. 128)

É neste sentido de natureza humana produzida pelo ser humano como reflexo de sua ação no mundo, que Vázquez (2011), em sua Filosofia da Práxis, caracteriza o agir humano, no sentido de constituir sua existência em um ato que “é violação constante da natureza” (Ibid, 2011, p. 374). Ou seja, seguindo as palavras de Marx, com auxílio de Vázquez, entende-se que aquilo que vai se constituindo como realidade humana pressupõe antes, a ação do ser humano no mundo. Ação que, transformando a natureza, transforma também o ser humano, produzindo a História, a sociedade. Segue Marx:

E como tudo o que é natural tem de *começar*, assim também o *homem* tem como seu ato de gênese a *história*, que é, porém, para ele, uma [história] sabida e, por isso, enquanto ato de gênese com consciência, é ato de que se suprassume. A história é a verdadeira história natural do homem. (MARX, 2010, p. 128)

A *práxis*, portanto, é efetivada de modo a ser gênese consciente do ser humano, ou seja, agir consciente em vista de um fim. Com esta abordagem ontológica⁸ acerca do trabalho, há o

⁸ Ao escolher o conceito “ontológico”, abdica-se de qualquer abordagem metafísica ou idealista. Sabe-se da carga semântica que pesa sobre este conceito, porém entende-se que no MHD este faz referência à formação humana como processo histórico partindo, sobretudo, da produção real da existência humana pelo trabalho. Não há, portanto, a crença

pressuposto para construir a análise que subsidie compreender a produção das políticas educacionais, bem como pensamos ser possível entender o “medalhão” machadiano como expressão de uma condição histórico-social da formação do Brasil.

É por se afirmar uma espécie de “essência”⁹ na produção da História do ser humano, que se argumenta haver relação direta entre as relações de produção em um país como o Brasil e a existência concreta da sociedade. Para Vázquez (2011), a concepção de *práxis* é assinalada como condição de o ser humano produzir sua realidade. Sendo assim, o que se apresenta em uma sociedade de classes, como no capitalismo, é que desta capacidade, essencial, é subtraída a condição de intencionalidade consciente da ação – cria-se uma condição de “distância”, de falta de sentido em seu agir, como evidencia o exemplo dos personagens machadianos ou dos versos da música. Assim, não há neste sistema um trabalho que se realiza intencionalmente em vista de um fim demandado pelo trabalhador¹⁰, portanto, não é *práxis*, mas alienação desta essência humana no seio da divisão do trabalho:

Como trabalho é a essência do homem, essa essência só se realiza como alienada ou negada nas relações concretas reais que os homens mantêm com seus produtos, com sua própria atividade e com os outros homens (os não trabalhadores) na produção. (Idem, p. 406)

Ao se perceber que a categoria trabalho representa a gênese formadora do humano, seja em qual sistema for, se entende que esta implica também em sua formação histórica, social, cultural e política. O que Marx (2010) caracteriza em sua juventude como realidade será de fundamental importância na constituição de sua concepção de ser humano. Entende-se que tal concepção se baseia em um *ser livre e consciente*; livre em relação a sua essência *práxica* e consciente no que tange as intenções de seu agir. Desta concepção de ser humano se extrai a análise que subsidia perceber, na expressão machadiana, a caracterização da *práxis mistificada* (KOSIK, 1976), ou seja a *práxis* no capitalismo. É interessante salientar que na leitura do conto percebe-se os personagens como sujeitos “preocupados” com o futuro. Por esta razão, são estes a expressão de um processo de formação dos sujeitos no capitalismo, pois sobre a “preocupação”, Karel Kosik argumenta:

que se está aqui defendendo a ideia de um conceito puro de humanidade, mas contrário a isso, se entende o ser humano como ser histórico em constante transformação.

⁹ Sobre a palavra “essência”, Marx não a concebe como algo puro e imutável, porém como a “soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real” (MARX, 2007, p. 43)) ou seja, a “essência” se apresenta como fruto de relações históricas determinadas.

¹⁰ O trabalhador que produz peças de automóvel ou outro que venda “quentinhas” na comunidade em que vive produz apenas em vista do pagamento de um salário que lhe propiciará as condições necessária para ele existir. Nem um, nem outro produz em vista de suas necessidades apenas, ao invés disso, ambos vendem sua força de trabalho. Ver, O Capital, Livro I, Seção I: Mercadoria e Dinheiro (MARX, 2013)

A passagem do “trabalho” para a “preocupação” reflete de maneira mistificada o processo da fetichização das relações humanas, cada vez mais profundo, em que o mundo humano se manifesta à consciência diária (fixada na ideologia filosófica) como um mundo já pronto, e provido de aparelhos, equipamentos, relações e contatos, onde o movimento social do indivíduo se desenvolve como empreendimento, ocupação, onipresença, enleamento. (Idem, p. 66)

O “medalhão” de Machado de Assis (2008) representa um sujeito alienado de si como processo histórico-material de relações concretas entre sujeitos. Seu agir e consciência apontam nos personagens a necessidade de busca por uma sociedade externa, dado este não poder objetivamente reconhecer a sua, pois o “homem da ‘preocupação’ é a própria subjetividade sempre fora de si, visa a uma outra coisa qualquer, ultrapassa continuamente a própria subjetividade” (KOSIK, 1976, p. 62). Neste movimento, um modelo de moral se sobrepõe a realidade concreta do personagem, representando, no caso, quem domina econômica e culturalmente o país na época, a Europa. É possível se perceber o mesmo movimento nos últimos anos no Brasil. Parte da fração da burguesia brasileira, representada por discursos em jornais, revistas e redes sociais, expressa seu desejo de “deixar o Brasil”¹¹ e ir viver em algum lugar mais “desenvolvido”, agora figurando como modelo, os EUA. Esses discursos podem ser explicados pelo processo histórico de formação do país que leva estes sujeitos, inclusive, a mostrar não ter “a mínima vontade de voltar, nem a passeio”¹² ao Brasil, reforçando estes como sendo “medalhões contemporâneos” de um processo histórico que os relaciona em sua gênese.

Argumenta-se que tais “medalhões” expressam a gênese de formação a partir das relações de produção capitalista, o que socialmente produz uma realidade em que a História acaba sendo limitada a “contar” apenas uma versão dos fatos e neste processo, a *práxis mistifica* engendra uma *pseudoconcreticidade*¹³ (KOSIK, 1976) como narrativa do real. Portanto, do ponto de vista do MHD, é necessário analisar a História de modo a evidenciar as contradições em seu processo de formação, caso contrário, se abordada unilateralmente tem-se uma versão idealizada desta. Simbolizando o contexto brasileiro, entende-se que os personagens de Machado de Assis (2008) percebem a sociedade de uma maneira idealizada¹⁴ e, por isso, representam a efetivação, no sujeito,

¹¹ CALEIRO, João Pedro. Dilma faz brasileiros ricos fugirem para Miami, diz Wall Street Journal. **Revista Exame**. 9 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/dilma-faz-brasileiros-ricos-fugirem-para-miami-diz-wsj>. Acessado em 22 de outubro de 2017.

¹² FALLET, João. ‘Troquei o luxo por segurança’: a vida da elite brasileira na Flórida. **BBC Brasil**. 27 de agosto de 2017. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150826_brasileiros_imigrantes_florida_jf_rb. Acessado em 16 de setembro de 2017.

¹³ “A pseudoconcreticidade é justamente a existência autônoma dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da *práxis* utilitária” (KOSIK, 1976, p. 19).

¹⁴ Segundo Karel Kosik, ao se perceber sociedade de maneira meramente idealizada, deixa-se de compreender que “a representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do

da formação social de um país dependente, que, todavia, também acabam por representar aquilo que os versos da música de Belchior e Fagner já havia assinalado, “aqui não acontece nada, não” no que diz respeito à história abordada dentro da *pseudoconcreticidade*.

Como se pode perceber, para além de um personagem da ficção do séc XIX, a dinâmica das relações de produção atualmente no Brasil reforça ainda o processo de sua gênese de formação. Neste sentido, é interessante pontuar que a aproximação com propostas econômicas neoliberais¹⁵, nas palavras de Carlos Eduardo Martins (2011):

Destrói amplamente a estrutura das burguesias nacionais, desnacionalizando-as e restringe a iniciativa do Estado nacional, limitando sua capacidade de direção ao submetê-lo às regras “cosmopolitas” da circulação internacional de capitais e mercadorias (Ibid, 2011, p. 319)

Não se trata aqui de defender um modelo simplesmente desenvolvimentista, de modo a se crer no crescimento econômico de um país apenas pelo fortalecimento de sua indústria interna. Trata-se, isso sim, de frisar a continuação de processos econômicos que fazem parte da formação do Brasil como país dependente. Fato que implica diretamente em suas políticas e na sociedade em geral. Carlos Eduardo Martins (2011) assinala que o mesmo processo desenvolvimentista, que perde espaço para o neoliberalismo, ainda fortalece o subdesenvolvimento no país:

As burguesias nacionais perdem drasticamente sua autonomia e a capacidade de liderarem o desenvolvimento das forças produtivas. Foi a capacidade de impulsionar as forças produtivas, mesmo com a superexploração do trabalho, que deu respaldo ao controle do Estado pelas distintas frações da burguesia nacional. (Ibid, 2011, p. 320)

Compreende-se que o processo econômico implicado pelo capital, como visto acima, reforça o que é central no sistema: a necessidade de manter sempre em crescimento a taxa de lucro dos capitalistas. Tal necessidade potencializa sua característica fundamental, aquela de ser exploração da força de trabalho por parte daqueles que detém os meios de produção, por esta razão, prescindir também, da formação e capacitação desta força de trabalho por meio de políticas educacionais que lhes sejam correspondentes. Portanto, a produção de conhecimento acerca destas políticas, dentro desta perspectiva de análise, precisa estar atenta à dinâmica econômica na qual o país está inserido, e mais, revelar as contradições internas que as produzem. Caso se agir contrário a esta abordagem há apenas o viés de uma “ideologia”, em que “ela mesma é apenas um dos lados dessa história” (MARX, 2007, p. 87). Assim, é entre passado e presente, entre discursos distintos temporal e

sujeito, de determinadas condições históricas *petrificadas*” (KOSIK, 1976, p 15) que assim, define a pseudoconcreticidade como compreensão fetichizada ou idealidade da realidade.

¹⁵ Sobre o neoliberalismo, se compartilha da mesma argumentação do economista argentino Claudio Katz, segundo ele, as propostas neoliberais começam a aparecer “pelo esgotamento do crescimento keinesiano do pós-guerra e ressaltaram os seus objetivos políticos retrógrados. O neoliberalismo foi definido nos anos 1980, como uma ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro” (KATZ, 2016, p. 79).

especialmente que se pode analisar a realidade concreta e deste modo, compreender os limites e possibilidades das políticas educacionais produzidas no país.

Neste sentido, o que se aponta com o mote da letra da música de Belchior e Fagner (1980), assim como do texto machadiano, é a implicação do capital na formação da sociedade. Entende-se, por esta razão, que no Brasil há a necessidade de se fazer um “exame” da História, dos fenômenos sociais e, portanto, da realidade concreta no intuito de assim compreender, analisar e criticar a realidade social deste. Porém como se propôs pensar a partir da metáfora do “medalhão”, os personagens entendem sua existência apenas por um viés unilateral em que “não há história”, a não ser a reprodução de ideologias e “verdades” de uma determinada classe.

Por razões como esta, que limitam a análise mais complexa da realidade é que a categoria trabalho, como essência humana, e a compreensão da realidade econômica dependente do Brasil acabam por denotar como as políticas educacionais são produzidas, em grande medida, à revelia dos sujeitos na escola. Desta forma, para compreender como se dá este processo, as palavras de Walter Benjamin (1994) contribuem na determinação procedimento de análise escolhido, pois “na medida do possível [...] o materialista histórico [...] considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (Ibid, 1994, p. 225). É preciso “escovar a história a contrapelo” se o objetivo é ter melhor compreensão sobre a origem destas políticas e suas implicações no trabalho pedagógico nas escolas.

Se analisadas com maior atenção as “teses sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin (Ibid.), reproduzida de forma sucinta acima, compreende-se que nelas há uma síntese daquilo que foi problematizado até então. Síntese no sentido de abordar os personagens de Machado de Assis (2008) como exemplo do sujeito produzido em uma sociedade de classes, entendendo-os como parte da burguesia de um país dependente. Estes, então, ao não “escovarem a história a contrapelo”, mesmo por estarem em uma sociedade que limita essa possibilidade, podem dizer, “os mortos aqui são bons, pois não comem o pão dos vivos”. A exemplo dos personagens do conto, argumenta-se que uma sociedade dependente “prefere” não analisar ou se é privada de analisar sua história em vista da totalidade que a constitui; assim se acaba por não se “ressuscitar certos mortos” em uma sociedade como a brasileira. É neste sentido de análise das políticas educacionais, que, se vistas pelo viés destes mesmos sujeitos hipotéticos da obra machadiana, produz uma compreensão limitada do objeto estudado. Para tanto, tal compreensão, simbolizada nos personagens e na letra da música, produz a falsa crença que aqui “os mortos são bons”, pois o que se tem, sobretudo em vista das classes dominantes, é a História unilateral dos “vencedores”. É necessário ir além, pois:

Para o materialismo a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se

conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social. (KOSIK, 1976, p. 44)

Por fim, por esta via de análise é significativo compreender que a formação de uma sociedade como a brasileira sofre influência de sua relação de dependência no capitalismo global, implicando essa mesma relação em suas políticas públicas de forma alienada em relação às demandas reais da sociedade. Para melhor justificar este entendimento, na sequência deste texto será apresentado o conceito de *dependência econômica* desenvolvido por Ruy Mauro Marini (2011), situando a partir dele a análise que possibilita compreender a formação do Brasil como país dependente.

A dependência e o germe de uma história

A contribuição de Ruy Mauro Marini (1932/1997) na produção do conceito marxista de “dependência econômica” é importante por ajudar no processo de compreensão da formação do Brasil e de qualquer economia que, no capitalismo global, esteja em posição de dependência, pois:

A base real sobre a qual se desenvolve são os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial. Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias –, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2011, p. 155)

Marx (2013) já havia demonstrado em “O Capital” que o valor da força de trabalho é definido pelo mínimo necessário que um trabalhador precisa receber para manter-se existindo e assim, voltar a trabalhar todos os dias. A contradição que Marini (2011) demonstra e que acontece inerentemente ao capitalismo é a oposição entre quem detém os meios de produção e quem vende a força de trabalho. Porém, para o autor brasileiro, essa relação também se apresenta entre nações, o que implica na reprodução da exploração entre uma econômica em relação a outro. Sendo assim, a necessidade dos capitalistas nos países subdesenvolvidos de manter crescente sua taxa de lucro, mesmo estes estando em desvantagem em relação às economias desenvolvidas, leva-os a produzir apenas em decorrência das necessidades do mercado mundial mediante a negação de suas necessidades concretas. Em suma, a economia organizada desta forma implica em um processo e que as políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado também se caracterizaram como produtos alienados em relação às reais determinações político-econômicas que o condicionam.

Para que se possa compreender essa relação, é interessante perguntar: o que dizer de um Estado que, nascido dentro do processo de dependência econômica acaba por ter seu desenvolvimento pautado apenas pelo “mercado”? Para responder a questão é necessário parte-se da compreensão de essência humana tratada no tópico anterior. Sendo assim, se reforça o entendimento que tal essência, no capitalismo, sofre uma subversão, implicando diretamente em uma *práxis* condicionada pela exploração de um ser humano pelo outro, pois, se configura em uma sociedade fundamentada pela divisão do trabalho¹⁶. Respondendo à questão anterior, um Estado, portanto, voltado fundamentalmente para o *mercado* e pautado pela divisão do trabalho se consolidará com a mesma concepção subversiva da *práxis*. Conclui-se, assim, que a força de trabalho no capitalismo se torna mercadoria, e, efetiva-se como “trabalho estranhado” (MARX, 2010), concretizando o Estado como produto deste processo. Deste modo, as relações econômicas concretas no capitalismo pautadas pela exploração subtraem do ser humano “o objeto e sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe [por conseguinte] sua *vida genérica*” (Ibid, 2010, p. 85), fato que, na América Latina, Ruy Mauro Marini (2011) observou como sendo acentuado. Segundo ele, os capitalistas dependentes, por terem uma taxa de lucro menor que aquela das economias centrais precisam se valer de mecanismos capazes de corrigir tal diferença, sendo a *superexploração do trabalho* um mecanismo central que, referendada em três características potencializam a apropriação do capital sobre o trabalho e sobre os trabalhadores, ou seja, há: (1) intensificação do trabalho; (2) a prolongação da jornada de trabalho e (3) a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho (Ibid, 2011, p. 149).

No que tange ao trabalho das professoras e professores e a ação do Estado, se analisado o ponto (3) apresentado por Marini (Idem) havia percebido, não se distancia daquilo observado na reportagem de 2015, no site Palavra Operária, sobre o piso salarial¹⁷ do magistério fixado como lei em 2008¹⁸: “não é necessário dizer que a remuneração mínima estabelecida na referida lei é insuficiente para a manutenção das necessidades materiais e culturais do professorado no Brasil. Na verdade, ela é insuficiente para a manutenção das necessidades básicas e culturais de qualquer trabalhador”¹⁹. Além disso, a precarização e a fragmentação do trabalho pedagógico dos

¹⁶ Ver Capítulo 12 – Divisão do trabalho e manufatura, em “O Capital” (MARX, 2013).

¹⁷ Em 2014, último ano do governo Tarso Genro no RS, o piso salarial do magistério era de R\$ 1.697, 00. Entretanto, mesmo sem receber o piso nacional, ao longo da gestão do governador petista, o magistério estadual teve um aumento salarial de 76, 68%, com ganho real de 50% no salários dos professores.

¹⁸ Piso Salarial Profissional Nacional – Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

¹⁹ SALA, Mauro. Sobre o piso salarial e a jornada de trabalho dos professores no Brasil. **Palavra Operária**. 17 de fevereiro, de 2015. Disponível em: <http://www.palavraoperaria.org/Sobre-o-piso-salarial-e-a-jornada-de-trabalho-dos-professores-no-Brasil>. Acessado em 17 de outubro de 2016.

professores acabam por ser reflexo deste processo de superexploração do trabalho já referenciado pelo autor brasileiro. Essa realidade é fruto da demanda dos capitalistas em manter crescente a taxa de lucro, implicando diretamente na estrutura do Estado e conseqüentemente em suas leis, política e ações voltadas também à produção de mercadorias²⁰. Um Estado assim, alienado em relação à sua real origem no trabalho de mulheres e homens concretos se organiza de modo a produzir relações sociais no mesmo no sentido em que é produzido e de modo mais acentuado, a posição de dependência econômica implica na configuração de uma sociedade que nega sua essência, pois é fundamentada centralmente na superexploração do trabalho.

Como visto anteriormente, se reforça com isso a mistificada visão do país exemplificada pelos personagens de Machado de Assis, bem como, esta perspectiva justifica o mote inicial a partir da letra da música de Belchior e Fagner. Contudo, como não poderia ser diferente em vista do MHD, “nós partimos de um fato econômico-nacional, *presente*” (MARX, 2010, p. 80), entendendo que o “trabalhador não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo” (Ibidem, 2010, p. 80) neste processo. Partindo da formação do país dentro do capitalismo, Caio Prado Júnior (s.d) caracteriza a gênese econômica do país, subsidiando o que foi argumentado até então:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão e em seguida café para o *comércio europeu*. Nada mais que isto. É com tal objetivo, *objetivo exterior*, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele *comércio*, que se organizarão a *sociedade* e a *economia brasileiras*. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. (PRADO JÚNIOR, s.d., p. 22)²¹

Trata-se assim de um país com gênese basicamente mercantil que influencia toda sua estrutura social. Em seu livro, Caio Prado desenvolveu uma análise do país que vai de 1500 até 1930, reforçando esse aspecto formador da economia brasileira. De tal forma, considerando o *modo de produção* descrito pelo autor brasileiro, entende-se que este “não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos” (MARX, 2007, p. 87), pois, mais que isso, como afirmaria Marx, se hipoteticamente apoiasse as conclusões de Caio Prado Júnior: o modo de produção é muito mais que uma simples atividade dos indivíduos é, na realidade “uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos” (Ibid, 2007, p. 87). Ainda em Marx, em “A Ideologia Alemã”: “o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (Ibid, 2007, p. 87), pois as *condições*

²⁰ Compreende-se como mercadoria, aquilo que é produzido pelo trabalhador para o mercado, ou seja, algo que não é produzido para o uso imediato daquele que produz.

²¹ Grifos nossos.

materiais de sua produção implicam diretamente na *práxis* dos sujeitos, ou seja, ao alterarem a realidade concreta estes modificam a totalidade e a existência do ser humano.

Um trabalho significativo para compreender a formação do Brasil como parte das relações de produção no capitalismo, foi o produzido por Maria Sylvia de Carvalho Franco. A premissa da autora diz respeito ao pressuposto que a História brasileira deve ser compreendida como uma *unidade contraditória* e não uma *dualidade integrada*. Como *dualidade integrada*, há a concepção de um país que “abrindo mão” de diferenças de classes, diferenças culturais, étnicas e sociais, busca se integrar em um Estado único; tal concepção nega os reais antagonismos que formam o país, subjugando estas diferenças a uma posição limitada e unilateral que, por sua vez, favorece às classes dominantes. Por outro lado, compreender o Brasil como uma *unidade contraditória* possibilita reconhecer seus antagonismos de classe, suas diferenças culturais, étnicas e sociais; percebendo-o não como de uma História única e “vencedora”, mas como sociedade em constante movimento antagônico que sem negá-los, é forçada a se integrar na forma de um Estado. Abordar as políticas públicas educacionais por este viés é propiciar a análise mais complexa das contradições que produzem sua construção pelo Estado brasileiro.

Dentro do plano da *unidade contraditória*, o comportamento dos sujeitos analisados por Carvalho Franco vai sendo também reconstituído, demonstrando com isso o quanto este é baseado na personalidade, refletindo na violência do período. Pessoas livres, donas de terras, porém não dos meios de produção, pois estes estavam nas mãos do grande latifundiário, vão, nas palavras da autora, mostrando a gênese contraditória do Estado brasileiro, e com isso vai se expondo uma formação que dialeticamente ao modo de produção capitalista se mostra, antes de tudo, violenta. Assim, os sujeitos retratados pela autora parentam não ter tido a sorte de edificar a condição humana básica de produzir-se conforme suas necessidade, ou seja, de efetivar uma *práxis* tal qual se compreende essencial no MHD, pois “a produção latino-americana [sobretudo no período analisado por Carvalho Franco (1983)] não depende da capacidade interna de consumo” (MARINI, 2011, p. 155). Essa existência submetida à demandas externas condiciona tais sujeitos a não se reconhecerem como seres humanos de modo genérico, mas tão somente como indivíduos limitados à personalidade e incapazes de maiores abstrações. Nas palavras de Marx, acerca da relação com o trabalho estranhado dos seres humanos, entende-se que:

Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens (MARX, 2010, p. 87)

O aspecto social que a divisão do trabalho produz, sobretudo nesta perspectiva de gênese da formação do Brasil sob domínio das economias hegemônicas no mercado mundial, é bem traduzido por Ruy Mauro Marini (2011):

A superioridade do capitalismo sobre as demais formas de produção mercantil, em sua diferença básica em relação a elas, reside em que aquilo que se transforma em mercadoria não é o trabalhador – ou seja, o tempo total da existência do trabalhador, com todos os momentos mortos que este implica desde o ponto de vista da produção – mas sua força de trabalho, isto é, o tempo de sua existência que pode ser utilizado para a produção, deixando para o mesmo trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, desde o ponto de vista capitalista. É essa a razão pela qual, ao subordinar uma economia escravista ao mercado capitalista mundial, o aprofundamento da exploração do escravo é acentuado, já que interessa portanto a seu proprietário reduzir os tempos mortos para a produção e fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador. (Ibid, 2011, p. 151)

Ao se descrever a dependência como origem do Brasil, entende-se que ela se implica da existência da sociedade. Deste modo, os sujeitos que aqui produzem sua existência individual, assim como do território nacional, não escapam à dependência, que, por implicar diretamente das relações de produção, configura uma sociedade que não se reconhece historicamente. Não obstante, reconhecer a história do Brasil como sendo constituída por uma *unidade contraditória* (FRANCO, 1983) é possibilitar uma reflexão com vistas à totalidade do país. Totalidade que evidencia as disputas no âmbito do Estado e contribui para a análise de suas políticas educacionais.

Compreender que a subversão da *práxis* como apresentado neste texto, produz uma sociedade que não se entende como histórica, mas reificada a partir das demandas do mercado, garante a possibilidade de analisar o contínuo processo no país de mercantilização de direitos básicos como Educação, sempre tão condicionados a “formação de mão de obra” apenas. É necessário retomar os conceitos de dependência (MARINI, 2011) e unidade contraditória (FRANCO, 1983), para melhor compreender a produção e desenvolvimento das políticas educacionais, que, em grande medida, partem de concepções que negam a História diversa do Brasil e produzem ações que reforçam a “austeridade que se aplica à classe trabalhadora brasileira”²².

Considerações finais

Como sugere a letra da música: “aqui os mortos são bons, pois não comem o pão dos vivos”, o que possibilita supor que o “medalhão” machadiano usasse, sem titubear a expressão, “aqui não

²² FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reforma do Ensino Médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para ricos e outra para pobres.** 22 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>. Acessado em 22 de outubro de 2016.

acontece nada, absolutamente nada”, pois certamente sua ideia de boa sociedade estava em outro território. É partindo da perspectiva do discurso dos personagens de Machado de Assis, da letra da música de Belchior e Fagner e do que ambas metáforas podem representar, que se buscou produzir elementos para se analisar as políticas educacionais no Brasil.

O esforço de produzir esta argumentação está baseando na compreensão do quão significativo pode ser o MHD para os estudos que envolvem centralidade nas ações do Estado, bem como, busca referendar a singular contribuição que a vertente marxista da teoria da dependência possui para as reflexões acerca do continente latino americano. Assim, os três pontos abaixo buscam sintetizar uma contribuição, para aqueles e aquelas, que objetivam desenvolver pesquisas sobre políticas educacionais em um país com formação econômica dependente como o Brasil:

1 A necessidade de se *analisar a historicidade* do país partindo do entendimento acerca da relação recíproca entre o Estado e as demandas do capital em relação ao trabalho. Partir de uma análise que propicie a compreensão desta relação, possibilita a produção de dados capazes de evidenciar a realidade concreta em que as políticas educacionais são produzidas.

2 Compreender a *totalidade do país como economia dependente* implica no aspecto central de situar as ações do Estado, representada nas políticas educacionais, dentro do plano mais amplo do capitalismo mundial. Sem situar o movimento de análise a partir da totalidade, corre-se o risco de produzir estudos que tomem a parte pelo todo, limitando o conhecimento do objeto estudado a pequenos aspectos circunscritos a determinados contextos, como se estes não tivessem relação com determinantes internacionais, por exemplo.

3 Dos dois pontos acima se depreende este terceiro, ao salientar a importância de aplicar como *categorias de análise os conceitos trabalho e dependência econômica no âmbito* da pesquisa em políticas educacionais. Sem se situar com maior precisão conceitual como se deu o processo de formação do Estado brasileiro e seu processo de desenvolvimento como econômica dependente, limita a possibilidade de compreender como a exploração da força de trabalho é determinada pelas forças antagônicas que, enquanto classes, implicam sobre os objetivos das políticas educacionais.

Por fim, no processo de pesquisa sobre políticas específicas do campo educacional, a história do Brasil precisa ser entendida mediante sua relação com as economias hegemônicas, pois estas influenciaram e influenciam fortemente as decisões acerca da Educação. É preciso ter em perspectiva a história do país, desde sua relação de dependência e desta implicada na produção e reprodução do sistema capitalista.

Entender que no capitalismo há uma subversão da *práxis* humana, gerada pela exploração da força de trabalho, acarreta que, na produção de pesquisas referentes a políticas educacionais, fundamentadas no MHD, a necessidade de análises que visem a totalidade e as contradições que produzem-na se sobressaia como processo metodológico. Em resumo, os conceitos de dependência econômica (MARINI, 2011) e unidade contraditória (FRANCO, 1983) contribuem sobremaneira nesta perspectiva por evidenciar lacunas históricas sobre a formação do Brasil, e assim, produzir melhores condições de analisar a implicação das políticas educacionais desde sua produção, os interesses que às demandam e o resultados que produzem.

Referências

ASSIS, Machado. **Obra completa, em quatro volumes: volume 2**. Org. Aluizio Leite Neto, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELCHIOR, Antônio Carlos. **Apenas um rapaz latino-americano**. BELCHIOR. Alucinação. Rio de Janeiro. Polygram, 1977. Faixa 1.

CAMINI, Lucia. **Política e Gestão Educacional Brasileira: uma análise do Plano de Desenvolvimento da Educação/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (2007-2009)**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Justiça**. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?searchword=Justi%C3%A7a&ordering=&searchphrase=all&Itemid=101&option=com_search>. Acesso em: 10 out. 2016.

FERREIRA, Liliana Soares. **Trabalho pedagógico na escola: sujeitos, tempo e conhecimentos**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ed. Kairós, 1983

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Círculo do Livro, s.d.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: Ruy Mauro Marini: vida e obra. Orgs: Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscrito econômico-filosófico**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital.** Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia.** Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.
VÁSQUEZ, A. **Filosofia da Práxis.** Buenos Aires: Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011